



Global



UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES

Sindicalismo Cidadão, Ético e Inovador

Boletim de Informações Sindicais

Ano 5 n.º 97 14 de agosto de 2012

UGT na luta por Emprego e Trabalho Decente

Protagonista na luta pelo avanço dos direitos trabalhistas e pela melhoria laboral da classe trabalhadora, a **União Geral dos Trabalhadores (UGT)**, participou ativamente da **1ª Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente**, que aconteceu de 08 a 11 de agosto, em Brasília.

A Conferência, que reuniu representantes dos trabalhadores, empresários e do governo, se encerrou com a aprovação na plenária final de propostas de redução da jornada, liberdade e autonomia sindical, combate à prática antissindical e igualdade entre gêneros.

Em sua abertura, o ministro do Trabalho e Emprego, **Brizola Neto** ressaltou que o Governo Federal, com essa iniciativa, busca fortalecer o diálogo de forma tripartite (entre governo, trabalhadores e patronato), visando avançar sempre nas relações de trabalho.

O auditório lotado demonstrou o empenho e a participação de toda a sociedade em busca de políticas públicas que garantam os princípios da igualdade de oportunidade, negociação coletiva, saúde e segurança no trabalho, dentre outros temas que foram abordados ao longo do Congresso.

Segundo o secretário geral da Presidência da República, **Gilberto Carvalho**, que representou a **presidente Dilma Rousseff**, o trabalho decente tem a ver com duas ações fundamentais do governo federal: a erradicação da pobreza e o diálogo social. "Diálogo é a base da democracia em nosso país e lutar contra a miséria é, acima de tudo, buscar melhor distribuição de renda, proteção social, trabalho e emprego", explica.

As discussões se desenvolveram durante todos os dias da conferência numa busca incessante pelas propostas de consenso entre os trabalhadores e os empresários. Entre as proposições de consenso foram aprovados pontos importantes como o respeito à liberdade e exercício da prática sindical e a responsabilidade solidária para as empresas contratantes nos casos de terceirização.

Não houve consenso com a bancada patronal sobre o fim da aplicação do interdito proibitório como medida judicial para impedir o legítimo exercício da greve e o governo sugeriu a retirada do item. Porém, os trabalhadores não concordaram e submeteram a proposta à votação do público, que rejeitou a supressão.

O próximo passo é reunir a comissão organizadora da conferência para sistematizar os pontos aprovados e construir o Plano Nacional de Trabalho Decente. Paralelo a isso, o governo federal deve retomar o Grupo de Trabalho Tripartite para construir essa agenda. *(Fábio Ramalho – de Brasília)*



Coordenada pela secretária Adjunta de Formação Sindical da UGT, **Josineide de Camargo Souza (Josi)**, a bancada ugetista foi composta por delegados eleitos nas plenárias que aconteceram em todo o país.

A central também contou com um estande onde os participantes puderam conhecer um pouco dos trabalhos realizados pela UGT na luta por melhores condições de trabalho.

Todo apoio à greve do funcionalismo público federal

Ricardo Patah, presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT) assinou juntamente com os presidentes das demais centrais sindicais brasileiras uma nota de apoio à greve do funcionalismo público federal

“As centrais sindicais (CTB, CUT, Força Sindical, Nova Central e UGT) apoiam a greve do funcionalismo público federal que reúne dezenas de categorias, por reajuste salarial, benefícios sociais e econômicos.

No entender do movimento sindical, é legítimo os trabalhadores paralisarem as atividades para reivindicar melhores condições de vida e de trabalho.



O movimento sindical apoia também o pleito dos grevistas relativo à regulamentação em lei da Convenção 151 da OIT - Organização Internacional do Trabalho, que trata das relações de trabalho na administração pública, notadamente o direito de organização e negociação coletiva para a solução de conflitos e para o exercício dos direitos civis e políticos. É justamente a falta de negociação entre as partes — postura adotada pelos governos passados — que gerou o descontentamento generalizado dos servidores, há décadas submetidos à uma política de desvalorização da carreira de servidor e de arrocho salarial.

Entendemos, porém, que cortar o ponto e substituir grevistas por outros trabalhadores servem apenas para acirrar os ânimos e por lenha na fogueira do descontentamento do funcionalismo público federal. Repudiamos todas as formas de autoritarismo no trato com reivindicações legítimas dos trabalhadores e trabalhadoras do setor público. Solidárias com os grevistas, as centrais sindicais reconhecem que a saída para a paralisação está na disposição das partes sentarem à mesa e negociarem até a exaustão, tendo como perspectiva a solução rápida do conflito, reduzindo, assim, os prejuízos causados aos próprios servidores e à população.

Nota de repúdio ao decreto nº 7.777 assinado pela presidenta Dilma

A **União Geral dos Trabalhadores – UGT**, através do **Secretário Nacional do Servidor Público Lineu Neves Mazano** e também Secretário de Política Salarial e Assuntos Econômico da **Confederação dos Servidores Públicos – CSPB**, vêm repudiar o Decreto nº 7.777, de 24 de julho de 2012, editado pela Presidência da República, que permite a substituição dos servidores públicos federais em greve por servidores públicos estaduais e/ou municipais.

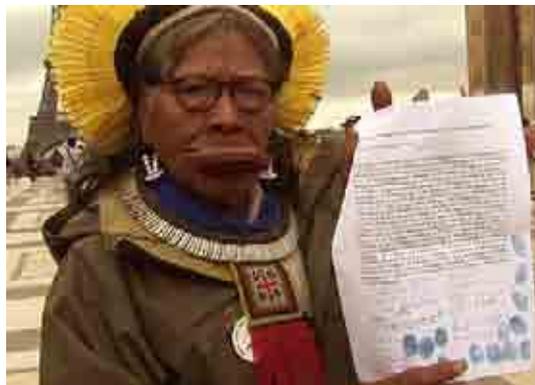
Tal decreto trata de um ato de exceção, que agride a Constituição, o justo movimento reivindicatório e a liberdade dos servidores públicos de lutarem por seus direitos e o respeito da administração pública.

Ao tentar legislar por decretos, o governo regride aos tempos dos governos militares, de triste memória para o movimento sindical, para os servidores públicos e para os trabalhadores de nosso país. O ato editado, além de exceder a Lei, as normas, abre brecha para que o governo passe a governar independentemente do poder legislativo, de forma autoritária e antidemocrática, levando a população a situações de risco, visto que os servidores substituídos são pessoas preparadas para exercerem suas funções, ao contrário dos seus substitutos.

Dia Internacional dos Povos Indígenas

Neste 9 de agosto, quando se celebra o Dia Internacional dos Povos Indígenas, a União Geral dos Trabalhadores reitera o reconhecimento do seu valor cultural e acima de tudo como organização social e política dentro da Nação Brasileira.

Aproveitamos a data para conclamar os brasileiros a valorizar a permanência dos povos indígenas e promover as condições para que os índios tenham garantido as suas terras e que as usem para o seu bem-estar e preservação de suas culturas e do meio ambiente.



Raoni, representando os povos indígenas do Xingu, pede o apoio internacional contra a proposta da hidrelétrica de Belo Monte.

Mensagem de Juan Somavia por ocasião do Dia Internacional dos Povos Indígenas do Mundo

“Meios de comunicação indígenas: empoderando as vozes indígenas” – o lema deste ano nos lembra que a voz e a participação dos povos indígenas e tribais são imprescindíveis para construir um futuro que respeite sua dignidade. A difícil situação de muitas mulheres e homens dos povos indígenas e tribais testemunha a urgência e a necessidade de atuar.

Estima-se que em todo o mundo 370 milhões de pessoas pertencem a povos indígenas e tribais e que a metade deles vive em cidades. Muitas mulheres e homens dos povos indígenas continuam vivendo sob o jugo da pobreza e da discriminação, e lutam para fazer com que se escutem suas vozes. Atualmente, as novas ferramentas tecnológicas como as redes sociais, as plataformas de telefonia móvel e os sites web estão revelando-se como meios eficazes para compartilhar informação e promover a tomada de consciência dos direitos dos povos indígenas e tribais em suas próprias comunidades e em seu próprio idioma.

Há muito tempo, a **OIT** aposta pelo trabalho em estreita cooperação com os povos indígenas em seus esforços para fortalecer suas vozes e diversificar suas opções. Esta ação é realizada no marco do mandato sobre justiça social relativo à promoção do trabalho decente para todos, que também é imprescindível para estabelecer modelos de crescimento mais equitativos e sustentáveis.

O relatório da **OIT** intitulado “Princípios e Direitos fundamentais no trabalho: do compromisso à ação”, que foi apresentado na reunião de junho de 2012 da Conferência Internacional do Trabalho, descreve as dificuldades enfrentadas pelos povos indígenas para acessar as instituições públicas com o consequente cumprimento eficiente da legislação do trabalho; a falta de consciência a respeito de seus direitos fundamentais; a ausência de uma voz coletiva de peso, o que os impede de defender eficazmente seus direitos e interesses e as elevadas taxas de pobreza. A crise mundial de emprego juvenil é ainda mais acentuada nas mulheres e homens jovens dos povos indígenas, que têm quase quatro vezes mais probabilidades de estar desempregados que os nacionais ou não indígenas. Também estão mais expostos ao desemprego de longa duração e ao trabalho em tempo parcial, além de que uma proporção maior deles está desvinculada do mercado de trabalho.

Em plena crise econômica mundial, quando a vulnerabilidade é maior, a OIT tem continuado a desenvolver enfoques inovadores para fortalecer as vozes dos povos indígenas, também através de alianças de colaboração com as organizações do sistema das Nações Unidas. **A OIT tem a satisfação de participar da Aliança das Nações Unidas com os Povos Indígenas.**

UGT participa do 13º Encontro Internacional de Energia

O presidente da **União Geral dos Trabalhadores (UGT)**, **Ricardo Patah**, esteve presente, ao lado do prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, na abertura do **13º Encontro Internacional de Energia**, no Hotel Unique, na capital paulista, que aconteceu na manhã desta segunda-feira, dia 6. A participação da UGT destaca a preocupação da central com políticas públicas voltadas para a sustentabilidade.



Nos dois dias do encontro, serão abordados temas como a geopolítica energética, energia elétrica, mercado livre de energia elétrica, petróleo e derivados, além de eficiência energética. Promovido anualmente, o evento tem o objetivo de debater os principais temas em evidência no setor. *(Secom e redação da UGT)*

Fundo de proteção em tempos de crise



O **deputado federal e vice-presidente da União Geral dos Trabalhadores – UGT, Roberto de Lucena**, esteve reunido nesta segunda-feira, dia 6, juntamente com representantes de outras centrais sindicais, com o **Secretário Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho** para entrega de proposta conjunta das centrais sugerindo ao governo a criação de um fundo de proteção ao emprego financiado com parte da multa do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) paga pelas empresas quando há demissão sem justa causa.

Desde 2001, as empresas pagam multa de 50% sobre o saldo do FGTS do funcionário demitido, dos quais 40% vão para o trabalhador e 10% são depositados no Fundo, de acordo com o Ministério do Trabalho.

Segundo Roberto de Lucena, a proposta é que estes recursos sejam direcionados para a criação de um fundo de proteção ao trabalhador, garantindo através da promoção de cursos de qualificação profissional as condições de empregabilidade, em caso de crise. Roberto de Lucena informou que nos próximos dias deverá se realizado um novo encontro entre técnicos do governo e representantes das centrais para aprofundar as discussões na elaboração desta proposta.

IAE - Instituto de Altos Estudos da União Geral dos Trabalhadores

[Instituto de Altos Estudos da UGT - Objetivos \(pdf\)](#)

[Instituto de Altos Estudos da UGT - Atividades \(pdf\)](#)

[Considerações sobre o financiamento público dos sindicatos no Brasil \(pdf\)](#)

[Manual de orientações para aplicação e registro contábil dos recursos oriundos da Contribuição Sindical \(pdf\)](#)

[O papel estratégico dos sindicatos de trabalhadores no desenvolvimento sustentável e na promoção de práticas corporativas sustentáveis \(pdf\)](#)



O UGT Global é o Boletim de Informação Internacional da União Geral dos Trabalhadores.

A **UGT** é uma organização sindical constituída para defender os trabalhadores brasileiros através de um movimento sindical amplo, cidadão, ético, solidário, independente, democrático e inovador.

Diretor de Comunicação: Marcos Afonso de Oliveira – MTb 62.224/SP

Jornalista Responsável: Mauro Ramos